



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
3ª Reunião Ordinária realizada em 19/4/2021

REGISTRO DE REUNIÃO

PRESENÇAS	
MEMBROS EFETIVOS	Presentes
Fabiano de Abreu Pfeilsticker Juiz Auxiliar da Presidência do TST - Coordenador do Comitê	X
Carolina da Silva Ferreira Secretaria-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	X
Fábio Portela Lopes de Almeida Assessor da Presidência do TST	X
Luiz Antônio Mendes Garcia Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT	X
Fabiano de Andrade Lima Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TST	X
Márcio Nisi Gonçalves Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 2ª Região	X
CONVIDADOS	Presentes
Cláudia Pereira de Souza Brandao Fernandes Coordenadora de Sistemas Administrativos Nacionais do CSJT	X
Christiano Guimaraes de Carvalho Coordenador Técnico do Processo Judicial Eletrônico do CSJT	X
Ana Letícia Moura Vilela Chefe do Núcleo de Apoio à Governança e Gestão do CSJT)	X
Cléria Elvina Costa Moreira Assistente da Secretaria-Geral do CSJT	X

1. Considerações preliminares

- Para efeitos de registros, a reunião poderá ser gravada. Todavia, a gravação será utilizada apenas para registro temporário e auxílio na elaboração da Ata. Uma vez elaborada e aprovada a Ata, a gravação será desconsiderada e quaisquer consultas posteriores aos registros da reunião deverão ser efetuadas exclusivamente por meio da Ata aprovada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
3ª Reunião Ordinária realizada em 19/4/2021

2. Pendências de Reuniões Anteriores

Ementa:

- Por questões técnicas devido a um problema com a gravação da 2ª Reunião Ordinária, realizada em 29/3/2021, a Ata da 1ª reunião permanecia pendente. O Comitê autorizou o adiamento da publicação da Ata para aprovação na 3ª reunião.

Deliberações:

- A Ata da 1ª reunião ordinária permanece pendente. Estão sendo levantados os apontamentos necessários à correta reconstituição da ata. A SETIC solicitou aprovação para novo adiamento de publicação.
- O Comitê aprovou o adiamento da publicação da Ata da 1ª Reunião Ordinária.
- Com relação à Ata da 2ª Reunião, a SETIC passará a comunicar sobre a finalização de cada Ata para o CGTIC para análise e apreciação.

3. Definição dos tribunais pilotos da versão PJe 2.7 para elaboração do Ato

Ementa:

- Em virtude do adiamento da distribuição da versão 2.7 do PJe, torna-se necessária a redefinição dos Tribunais que atuarão com pilotos da nova versão. Há a sugestão do TRT11 e do TRT6, por serem Tribunais que ainda não participaram com a mesma intensidade das implantações.

Deliberações:

- O Comitê aprova as indicações do TRT11 e TRT6.
- A CTPJe ficará responsável por atualizar a proposta de ato já encaminhada à SGRCSJT para apreciação e instrução perante a Presidência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
3ª Reunião Ordinária realizada em 19/4/2021

4. Contratação de suporte do banco de dados do PJe para os ambientes do CSJT (proposta Christiano)

Ementa:

- Apresentação para aprovação do Documento de Oficialização de Demanda (DOD) referente a contratação de suporte técnico do banco de dados do PJe (PostgreSQL), por 12 (doze) meses. Assim, apresenta-se a matéria à análise e deliberação do CGTIC.

Deliberações:

- O Comitê aprovou a contratação proposta pela CTPJe.

5. Cessão do código-fonte do assinador do PJe/JT (Ref. PAe 502.101/2020 e issue SGE-2446)

Ementa:

- Solicitação oriunda por parte do MPT para receber a Cessão do código-fonte do assinador do PJe/JT via QRCode.

Deliberações:

- O Comitê deliberou por postergar o atendimento da solicitação do MPT, com a proposta de que na próxima reunião do CGNPJe deverá ser levada proposta alternativa ao MPT para atendimento da pretensão apresentada.
- O MPT deverá ser notificado previamente à reunião do CGNPJe para que possa se preparar previamente.
- Caberá à CTPJe notificar o MPT nos termos deliberados pelo CGTIC.

6. (CSAN) Autorização do uso do SIF pelo SIGEO-JT (AJ/JT) (Ref. PAe 500.420/2021 e issue SGE-2441)

Ementa:

- Trata-se de pedido de uso do SIF pelo SIGEO-JT, para permitir ao AJ/JT a emissão de guias de recolhimento diretamente do SIF. Para atendimento a essa demanda do AJ/JT não é necessária a concessão de acesso ao código-fonte do SIF à equipe técnica do SIGEO-JT, bastando formalizar a autorização do uso do SIF pelos produtos do SIGEO-JT; uso esse que será feito por meio da infraestrutura já existente e mantida para o PJe. Assim, a CSAN solicita providenciar junto à Coordenação do PJE e à CTPJE a formalização de autorização do uso do SIF pelo SIGEO-JT.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
3ª Reunião Ordinária realizada em 19/4/2021

Deliberações:

- O Comitê deliberou pela aprovação do pleito.

7. (CSAN) Ratificação da unidade que acompanhará a execução do Projeto DJEN, pelo TRT12

Ementa:

- Segue anexo material referente ao projeto DJEN: ofício em resposta ao CNJ e documento de projeto (PPA) elaborado pelo TRT12.
- Trata-se do **Processo 502.264/2020-9** - *Acompanhamento de Cumprimento de Decisão do nº CNJ-CumprDec-0004418-10.2020.2.00.0000. Resolução CNJ 234-2016 - Diário de Justiça Eletrônico Nacional, Plataforma de Comunicações Processuais e Plataforma de Editais do Poder Judiciário.*
- A CSAN/SETIC ressalta que se trata de projeto da área judicial e que a Coordenadoria elaborou, junto ao TRT12, Plano de Ação para a adoção do DJEN no âmbito da Justiça do Trabalho, em substituição ao caderno judicial do DEJT. Além disso, na última reunião do CGTIC, em 5/4/2021, a Secretaria-Geral do CSJT informou que o CNJ foi informado do plano proposto como solução a ser adotada pela JT para atendimento ao DJEN.
- Adicionalmente, a CSAN informa que, em reunião de ponto de controle executivo com a SGRCST, realizada em 7/4/2021, a *Secretaria-Geral delibera o encaminhamento do projeto DJEN ao Escritório de Projetos do PJe, para acompanhamento da execução*.

Deliberações:

- O Comitê aprovou a passagem da governança e gestão do projeto para o âmbito do PJe/CTPJe, considerando a clara vinculação negocial com o sistema PJe.
- O Escritório de Projetos da SETIN criará o projeto específico no âmbito do Sistema PJe.

8. (CSAN) Proposta de criação de GT para revisão e futura centralização da base de dados do SIGEP-JT

Ementa:

- A CSAN/SETIC propõe a criação de grupo de trabalho, coordenado pela CSAN, para revisão do modelo de dados SIGEP (*gtRevisaoBDSigep*), em atendimento a um dos itens do Plano de Ação 2021 elaborado pela Coordenadoria.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
3ª Reunião Ordinária realizada em 19/4/2021

- Na composição do grupo, sugere-se um técnico por módulo, preferencialmente com perfil de administrador de dados, ou que tenha no mínimo a visão global da solução, de modo a que estejam representadas todas as funcionalidades do SIGEP-JT.
- O objetivo do grupo é apresentar, ao final do trabalho, relatório técnico sobre a situação atual e proposta de projeto para aprovação e futura execução do plano de centralização da base de dados do SIGEP-JT.
- Este grupo deverá utilizar as seguintes premissas:
 - Possibilidade de base única e centralizada dos módulos;
 - Integração entre os módulos utilizando APIs e não banco de dados;
 - Possibilidade de que a base de dados possa ser migrada para nuvem, pública ou privada, sem prejuízo da aplicação.

Deliberações:

- A proposta deverá ser debatida internamente entre as equipes técnicas para análise de qual a melhor maneira de condução da proposta, considerando adequada a perspectiva de centralização da base de dados.

9. (CSAN) Recomposição do epcSILC

Ementa:

- A CSAN/SETIC solicita ao Comitê deliberar sobre a recomposição da Equipe de Planejamento da Contratação destinada a conduzir as ações necessárias ao planejamento e eventual realização de processo licitatório para adquirir solução tecnológica para gestão de fluxos de trabalho da área administrativa da Justiça do Trabalho, nas aquisições de materiais e equipamentos, e nas contratações de serviços e obras mediante processos licitatórios ou compras diretas - sistema de licitação e contratos (epcSILC), instituída pelo [Ato n. 60/CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV, de 30 de março de 2020](#).

- A CSAN solicita ao Comitê, especificamente:

- Indicar nível de prioridade para este trabalho, considerando aspectos do contexto atual, tais como: diretrizes da atual gestão do CSJT, avaliação de soluções do Poder Executivo, possibilidade e necessidade de integração com SIGEO-JT (ref. PLACON) e demais sistemas nacionais, nova Lei de Contratações (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- Sugerir indicações para recomposição do epcSILC, com participação de diferentes órgãos. A epcSILC anterior foi integrada pelos seguintes membros ([Processo 504595/2019-2](#)):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

3ª Reunião Ordinária realizada em 19/4/2021

- I - ANDRÉ SOARES FARIAS, servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, integrante técnico;
- II - CAMILA ALMEIDA NEVES, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, integrante demandante;
- III - EUDES EDUARDO DE OLIVEIRA LUCENA, servidor do Tribunal Superior do Trabalho, integrante demandante e administrativo.
- IV - FABIANO DE ALMEIDA E OLIVEIRA, servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, integrante técnico;
- V - GILDÁSIO SANTILO SILVA, servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, integrante demandante;
- VI - HUDSON LINCOLN GOMES DOS SANTOS, servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, integrante técnico;
- VII - JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS, servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, integrante demandante;
- VIII - JOSÉ WALLACE RIBEIRO DE MACEDO JÚNIOR, servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, integrante técnico;
- IX - LIANA DE ALMEIDA SOUSA, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, integrante demandante;
- X - RODRIGO DA COSTA LOPES, servidor do Tribunal Superior do Trabalho, integrante demandante.

Deliberações:

- Caberá à CSAN encaminhar as questões e aspectos levantados à SGRCST para análise, apreciação e deliberação na próxima reunião de Ponto de Controle.

10. Acordo de cooperação com a RFB referente ao desenvolvimento da CTPS Digital

Ementa:

- A RFB vem cobrando do CSJT a minuta e assinatura do Termo de Cooperação referente ao projeto da CTPS Digital.
- Ainda não há projeto formalizado na SETIC para essa ação.

Deliberações:

- A SGRCST deverá instruir à SETIC processo para encaminhamento da minuta de acordo de cooperação técnica.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
3ª Reunião Ordinária realizada em 19/4/2021

- Caberá à SETIC analisar as sugestões encaminhadas por email pelo Dr. Fabiano, além de sugerir as modificações técnicas cabíveis.
- Caberá à SETIC abrir formalmente projeto de acompanhamento em seu Escritório de Projetos.

11. Solução de videogravação de audiências. Necessidade de normatização e de apontamento de solução.

Ementa:

- Os tribunais estão reportando problemas e dificuldades havendo necessidade de aprimoramento das gravações de videoaudiências, uma vez que não existem soluções apropriadas principalmente no tocante à inserção de marcações e de indexação das audiências.

Deliberações:

- O Comitê deliberou pela necessidade de elaborar orientações e normatizações com relação a procedimentos recomendados para a marcação, controle e indexação de audiências, no sentido de aprimorar os registros e gravações de audiências por parte dos juízos, com o uso da ferramenta Zoom.
- Registra a Secretaria-Geral que o juiz auxiliar da CGJT esteve em reuniões preliminares com o CSJT sobre o tema esclarecendo que a CGJT entende que o CSJT é o responsável por dirimir esse problema.
- Fica estabelecido o prazo de sexta-feira, 23/04/2021, para a finalização das propostas de minuta encaminhadas pelo Dr. Fabiano por email.
- O Gabinete da SETIC deverá abrir issue no Jira, com o prazo estabelecido, para controle interno e respectiva apreciação da minuta proposta.

12. Encaminhamento das ações atinentes ao Juízo 100% Digital e das Soluções Informatizadas para Conciliação e Mediação Online

Ementa:

- Em cumprimento às respectivas Resoluções do CNJ, as ações componentes do Juízo 100% Digital foram atribuídas para competência da Corregedoria Nacional da JT. Por seu turno, as ações pertinentes à implantação de soluções de conciliação e mediação online foram atribuídas à Vice-Presidência do TST.
- Permanece a dúvida pela SETIC/CSJT de como proceder para o acompanhamento e monitoramento dessas ações, se seria necessária a criação de projetos específicos no Escritório de Projetos da SETIC.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
3ª Reunião Ordinária realizada em 19/4/2021

Deliberações:

- O Comitê deliberou que, no caso do Projeto Juízo 100% Digital, diversas ações no âmbito do PJe já se encontram em andamento a fim de contemplar critérios e condições impostas pelo CNJ.
- Caberá à SETIC, periodicamente, informar à CGJT as ações já tomadas e em andamento com relação ao Juízo 100% Digital.
- Por seu turno, no caso do Projeto de Soluções para Conciliação e Mediação Online, a SETIC deverá aguardar os comandos, solicitações e ações a serem tomadas pela Vice Presidência do TST.

Brasília, 19 de abril de 2021.

Registro de reunião elaborado por:

Luiz Antônio Mendes Garcia
Secretário de Tecnologia da Informação do CSJT